

Impunidade, uma pedra no sapato do governo

Plano de Direitos Humanos é considerado um avanço. Mas entidades cobram maior rapidez na federalização de crimes

Mauro Zanatta
Da equipe do **Correio**

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) completa um ano na próxima terça-feira, mas o país ainda convive com a impunidade. “A matança de Eldorado de Carajás, no Pará, é uma das vergonhas do Brasil. A apuração das responsabilidades não é da competência do governo federal, mas estamos tentando fazer alguma coisa.” A afirmação, feita pelo presidente Fernando Henrique Cardoso na solenidade de criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, no último dia 7 de abril, poderia ter sido a confissão de incompetência do governo federal em acabar com as matanças no país e promover, na prática, os direitos humanos.

Ao justificar a ausência do governo nas investigações de crimes contra os direitos humanos, Fernando Henrique vem batendo numa tecla já gasta. “O governo não tem condições de resolver o problema sozinho”, sustenta. Para resolver, propõe parceria entre os três poderes e prega que não adianta o empenho do governo se lhe faltam instrumentos legais para agir.

Mas tem gente que não concorda com os argumentos do Palácio do Planalto. “Não é nada disso. Tudo estaria resolvido se o governo se empenhasse em aprovar a federalização de crimes coletivos como o ocorrido em Carajás”, aponta Nilmário Miranda (PT-MG), ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara (CDH).

A federalização dos crimes contra os Direitos Humanos vem sendo discutida desde o lançamento do PNDH, em 13 de maio de 1996. De lá para cá pouca coisa mudou. O proje-

to está hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e aguarda a criação de uma comissão especial para deslanchar.

Entre as discussões está a transferência para a Justiça Federal de crimes coletivos como o de Eldorado dos Carajás. Uma parte dos deputados que deve compor a futura Comissão Especial acredita que isso poderia bater de frente com as Constituições estaduais. Nilmário Miranda acha que não. “Temos que assumir a responsabilidade e punir logo os culpados. Esse é o nosso papel”, defende.

COBRANÇAS

Às vésperas de completar seu primeiro aniversário, o PNDH agrada alguns e desagrada a maioria. “O presidente fez uma declaração de intenções. Ainda é preciso pressionar para acontecer algo”, observa o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.

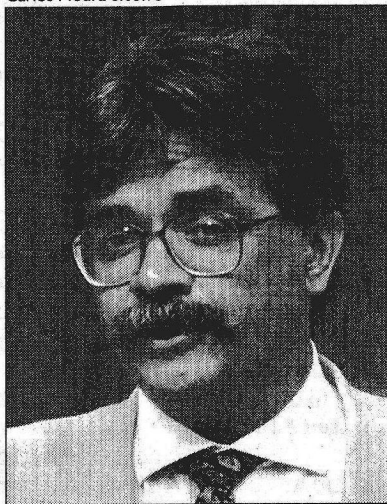
O programa também é o alvo de Fernando Conceição, coordenador do Núcleo da Consciência Negra, em São Paulo. “O plano é um rosário de boas intenções”, ironiza. “Mas disso o inferno está cheio”, ataca. Conceição acha as propostas do Programa muito tímidas para atender os 60 milhões de “afro-brasileiros” que vivem no país.

O cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, também vem cobrando pressa do governo na

execução do PNDH. “Com essa onda indignação social, a regulamentação e execução do projeto não pode demorar tanto”, reclama. “Algumas questões que dizem respeito à criança, trabalhador, mulher, negros e índios ainda não avançaram”, diz dom Paulo.

O presidente nacional do PC do B, João Amazonas, também não perdona Fernando Henrique. “Ele lançou este programa, mas também já colocou tanques nas ruas contra grevistas e realiza ações no campo político que batem de frente com os direitos humanos”.

Carlos Moura 6.03.95



Nilmário Miranda: defensor da federalização quer punir culpados

DEFESA

Mas se sobram farpas de uns, algumas organizações não governamentais (ONGs) defendem os pontos positivos do PNDH. “O ponto mais importante é a parceria do governo nos cursos de Direitos Humanos que começaram a ser ministrados pelas ONGs em algumas polícias do Brasil”, ressalta

Ricardo Balestreri, presidente da seção brasileira da Anistia Internacional. “Tem alguns pontos também. Por exemplo, a falta de fixação de prazos para a implementação das ações é complicada”.

Admiradores e detratores são unânimes em apontar algumas ações importantes do governo como a aprovação do rito sumário para a desapropriação de terras — que encurtou prazos para a posse das terras pelo Incra. “Até a sanção da lei os ruralistas conseguiam adiar as desapropriações na Justiça por até 10 anos. Hoje, o juiz pode dar ao Incra a posse em 48 horas”, comemora Nilmário.